

50 ANOS DA DITADURA NO BRASIL: QUESTÕES FEMINISTAS E DE GÊNERO

Ana Maria Colling*

Resumo: Se a história política é uma coisa de homens, a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, elas foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período. A militante política cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a militante como “puta comunista”. Ambas são categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico. A esquerda também não propiciava o debate sobre as relações de gênero, as questões femininas, porque havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações. As questões feministas eram entendidas como divisionistas da luta principal.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Feminismo; Mulheres Militantes; Relações de Gênero.

* Doutora em História. Professora Visitante Nacional Sênior (PVNS)/Capes. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, Brasil.
E-mail: acolling21@yahoo.com.br

50 YEARS OF THE DICTATORSHIP IN BRAZIL: GENDER AND FEMINIST ISSUES

Abstract: If political history is a manly thing, the history of the military dictatorship in Brazil is the radicalization of the feminine invisibility. The female political activist, engaged in political parties opposed to the dictatorship, was not seen as a historical subject, being excluded from the power scenario. Despite the many women who fought for the country's re-democratization process, they were excluded from the historical accounts and documentation about this period. As seen by the military, the female political activist committed two sins, i.e., the insurgency against the coup policy and the disregard for the place that should be occupied by women, disrespecting established standards for both sexes. The repression used to characterize the female political activist as a "communist whore". Both categories are deviations from the patterns established by society that incarcerates women in private and domestic spaces. Even the left wing did not allow the debate about gender relations because there was a much bigger contradiction to be resolved, i.e., the opposition between the bourgeoisie and the proletariat. This made the male power even stronger. Thus, feminist issues were seen as divisive of the main struggle.

Keywords: Military Dictatorship; Feminism; Female Political Activists; Gender Relations.

50 AÑOS DE LA DICTADURA EN EL BRASIL: CUESTIONES FEMINISTAS Y DE GÉNERO

Resumen: Si la historia política es una cosa de hombres, la historia de la dictadura militar en Brasil es la radicalización de la invisibilidad del femenino. La mujer militante política, involucrada en los partidos políticos de oposición a la dictadura, no era vista como un sujeto histórico, siendo excluida del juego de poder. Aunque muchas mujeres, juntamente con los hombres, hayan luchado pela redemocratización del país, ellas fueron excluidas de los relatos históricos y de los documentos del periodo. La mujer militante política pecaba dos veces a los ojos de la represión: de se sublevar contra la política golpista, haciéndole oposición y de desconsiderar el lugar determinado a las mujeres, rompiendo los patrones establecidos para los dos sexos. La represión caracteriza la militante como "puta comunista". Los dos conceptos representan roturas de los patrones establecidos por la sociedad, que enclaustra la mujer en el mundo domestico y privado. La izquierda también no propiciaba el debate sobre las relaciones de género, las cuestiones femeninas, porque había una contradicción mucho más grande para ser resuelta: la oposición entre la burguesía y el proletariado. Eso reforzaba el poder de los hombres en las organizaciones. Las cuestiones feministas eran consideradas divisionistas de la lucha principal.

Palabras clave: Dictadura Militar; Feminismo; Mujeres Militantes; Relaciones de Género.

Introdução

A história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado. Muitas dessas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre, acumulando-se aos silêncios, historicamente constituídos, porque a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos. Pergunta Michele Perrot:

Silenciosas as mulheres? – Mas elas são as únicas que escutamos, dirão alguns de nossos contemporâneos, que, com certa angústia, têm a impressão de sua irresistível ascensão e de sua fala invasora. [...] Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 09)

Na tentativa de corrigir a história, pluralizaram-se os objetos de investigação, admitindo como sujeitos históricos, os operários, os camponeses, os escravos e as mulheres, que estavam subestimados ou colocados numa arena de menor importância. Nesse desejo de inverter as perspectivas históricas tradicionais, passou-se a olhar os acontecimentos históricos pela visão de outros sujeitos.

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história; e, para isso, a categoria de análise-gênero é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres. Trabalhar com a história das mulheres pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, essas categorias multiplicam-se em importância.

Quando o Brasil tristemente lembrou em 2014 os 50 anos do golpe militar que perdurou por mais de 20 anos, envergonhando a história, diversas manifestações populares e acadêmicas tinham como palavra de ordem: lembrar para que não se repita. Na Comissão da Verdade, instalada no momento, muitos nomes femininos apareceram como vítimas desse período. Avanço histórico, portanto, porque essa história, da luta pela democratização do país, estava marcada como uma história masculina.

Quando lancei um livro em 1997, *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, (COLLING, 1997), pela Editora Rosa dos Tempos, selo da Record, especializada em questões feministas e de gênero e comandada pela feminista Rose Marie Muraro, foi festejado como a primeira obra sobre as mulheres e a ditadura. Muitos relatos já haviam sido escritos.

Ainda hoje, excetuando-se monografias, dissertações e teses (no mundo acadêmico), pouco se escreveu sobre o tema. Apesar de termos uma presidenta da república mulher, a política continua sendo privilégio masculino. Nas eleições de 2014, diminuiu o número de mulheres eleitas. O ministério composto após as eleições também é um espelho dessa

exclusão, refletindo o que se pensa do mundo público, político e das relações de gênero nele instaladas.

Michele Perrot já nos falava em um texto de que havia três bastiões de resistência à entrada do feminino: o exército, a igreja e a política. Se essa escritora francesa fosse reescrever este texto na atualidade, certamente muito pouco mudaria em suas análises, sobre estes três espaços tão marcados sexualmente, porque, segundo ela,

A articulação do público e do privado é um dos problemas maiores das sociedades democráticas. Ela está no centro da teoria política bem como da vida cotidiana. O cruzamento com a diferença entre os sexos é uma maneira de penetrar em seu funcionamento e compreender seus deslocamentos. (PERROT, 2005, p. 465)

A distinção entre o público e o privado estabelece a separação do poder. O silêncio sobre a história das mulheres advém de sua não participação na arena pública, espaço da política por excelência. Nesse sentido, a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder.

Feminismo ou lutas gerais?

“A grande revolução deste século não foi o marxismo foi o feminismo”, disse o historiador Perry Anderson (apud CAVALCANTI, 2005, p. 244). Já Eric Hobsbawm (1995), preocupado com as mudanças mundiais além das questões econômicas, em *A Era dos Extremos*, dedica muitas páginas à importância do feminismo. Segundo ele, o feminismo de classe média inicial, suscitava questões que interessavam a todas as mulheres; e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos, gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal¹.

Stuart Hall (1997), quando arrola os principais responsáveis pela quebra, pelo descentramento do sujeito moderno coloca ao lado de Marx, Freud, Saussure e Foucault o movimento feminista. O movimento aparece em tão boas e nobres companhias porque tanto como crítica teórica como movimento social, este movimento questionava a clássica distinção entre o público e privado e colocava novos temas para discussão como sexualidade, trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc. Mas mais ainda, diz Hall (1997, p.49), o movimento feminista problematizou a maneira como fomos produzidos como sujeitos genericados. Politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação.

Também Michelle Perrot (1993), na apresentação da clássica obra “História das Mulheres no Ocidente”, vai relatar como na década de 1960, as mulheres no bojo do movimento cultural que tomava conta do mundo, olharam para trás e não enxergaram suas histórias, seus passados. O que viam era somente as manchas da representação daqueles que contavam a

história – os homens fizeram delas as representadas. Foi preciso buscar resquícios, imagens, diários, bilhetes etc., que elas buscaram para se contar.

Realmente as mulheres viraram o mundo de cabeça para baixo, reivindicando o *status* de personagem histórico. Para serem vistas e ouvidas falaram alto, evocando Simone de Beauvoir (1960a e 1960b) que dizia que a emancipação da mulher não é uma questão de felicidade, mas de liberdade. Liberdade para trocar a paz pela luta, a segurança pelo questionamento. E isto não foi uma tarefa fácil e pacífica, porque, afinal, elas estavam subvertendo a ordem estabelecida.

Acusações de que as mulheres se organizavam contra os homens, queimavam sutiãs (uma alusão ao movimento liderado por Betty Friedan²), eram mal amadas ou lésbicas, estavam estampadas nos principais jornais e encontravam apoio entre homens e mulheres conservadores. Para eles quem estava sendo ameaçado era a família, que se desagregaria com a mulher que não tivesse mais como única função servir o marido e procriar.

Contra o movimento feminista que recém iniciava, muitas mulheres se levantaram fazendo eco às palavras masculinas, consequência perversa de histórica dominação de um sexo pelo outro. Pierre Bourdieu (1995), como convidado a um debate para análise da História das Mulheres no Ocidente (PERROT, 1993), atesta não basta ser do sexo feminino para se ter uma visão da história das mulheres. Declara que é preciso descolonizar o feminino, porque as mulheres têm uma visão colonizada de si mesmas.

Por isso a necessidade de uma história dos discursos e das práticas sociais que garantem que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos. Pergunta Bourdieu (1995, p. 59): “Como reconstruir os olhos das mulheres, como tratar enquanto sujeitos de percepção essas mulheres que são sempre objetos de percepção – até para si próprias?”

Ainda hoje se perguntássemos a muitas mulheres se são femininas ou feministas, algumas dirão, certamente, feminina é claro. É a herança cruel da histórica dominação masculina. Esta mulher que se levanta e pede a palavra, que não quer mais ser considerada incapaz, no mesmo nível do indígena, do menor e do pródigo, não existiu sempre, é muito recente no caso brasileiro.

Lembremos que somente em 1962 foi decretado o Estatuto da Mulher Casada que retirou a incapacidade legal das mulheres casadas, estabelecida pelo Código Civil de 1917, que a designava como relativamente incapaz, sob a guarda de seu marido. As solteiras, separadas e viúvas estavam livres desta prisão. Mas todas almejavam o casamento porque somente assim seriam aceitas socialmente.

Como movimento feminista organizado, um grupo de mulheres inglesas reunia-se em Manchester em 1865, para lutar pelo voto feminino, que só será conquistado em 1928. O direito de voto será em quase todos os países do mundo, inclusive no Brasil, um polo aglutinador de mulheres. Na carona do voto viajavam várias reivindicações sobre a condição da mulher. A luta pelo voto, no Brasil pelo menos, era uma bandeira levantada pelas mulheres mais cultas, que tinham acesso ao noticiário internacional. E mesmo assim a resistência à cidadania política feminina foi aguerrida. Temores de desmantelamento da família novamente pairavam como entraves.

O movimento feminista – organização das mulheres em torno de problemas específicos de sua condição, que tenta eliminar as barreiras da discriminação a que estão sujeitas – só irá explodir no Brasil, no caldo geral das transformações, de mudanças de comportamento por que passa a sociedade, a partir da década de 1960.

A discussão sobre a sexualidade feminina ainda terá que esperar por um bom tempo. Este tema continuará sendo considerado tabu. Não somente a Igreja e as parcelas conservadoras da sociedade brasileira negam-se a discuti-la, considerando-a algo promíscuo e atentatório à moral e aos bons costumes, mas até mesmo as organizações de esquerda e as próprias militantes repudiavam as tentativas da discussão neste sentido, optando pelo viés estritamente político.

O que virá apoiar as mulheres que buscavam a liberação e a liberdade aparecerá no formato de um comprimido e provocará a palavra de ordem que em coro se fará ouvir pelos quatro cantos do país: "nosso corpo nos pertence". A pílula anticoncepcional é saudada como uma revolução no campo da sexualidade. Para a ala conservadora era o símbolo da promiscuidade.

Um exemplo claro e demonstrativo se dá na prisão dos estudantes no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna-SP, em 1968, quando as forças policiais mostravam caixas de pílulas apreendidas. "A polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis." (VENTURA, 1988, p. 35) O governo militar sempre fez questão de aliar as questões morais à política, principalmente com quem lhe fazia oposição.

A liberação das mulheres, proporcionada pela pílula, é acompanhada de revisões comportamentais. O casamento é questionado e a moda acompanha aos novos tempos. A geração criada sob rígidas condições de repressão sexual inventa a minissaia e o biquíni. Para alguns é a expressão direta da liberdade emergente. "Pela primeira vez na minha vida, assisti a uma legítima subversão dos valores oficiais. O fio dental não é nada em comparação". (MACIEL, 1987, p. 42)

A saída de casa da mulher, sua ousadia nas vestimentas, inclusive, provocou surpresa e resistências até em Néelson Rodrigues, o eterno vigilante dos novos costumes. Para ele a nudez acabou com o interesse pela mulher. "Como é triste o nu que ninguém pediu que ninguém quer ver, que não espanta ninguém. O biquíni vai comprar grapete e o crioulo da carrocinha tem o maior tédio visual pela plástica nada misteriosa. E aí começa a expiação da nudez sem amor: a inconsolável solidão da mulher"³.

O casamento era visto pela geração Leila Diniz, como uma armadilha que fazia da mulher um ser sem vontade, dependente da vontade do homem. O descasamento passa a ser visto sem tantos preconceitos, apesar do divórcio somente ser legalizado em 1977. Sexo fora do casamento só não escandalizou mais as "boas" famílias quando foi banalizado pelas novelas de televisão, em meados da década de 80.

Os anos 1970 irão marcar uma reviravolta do movimento feminista, que coloca no centro das discussões a relação homem-mulher. Começa-se a ler e escrever muito sobre a sexualidade nesta época. As revistas femininas, como A Cláudia, por exemplo, que tinham suas páginas ocupadas exclusivamente por dicas de culinária, corte e costura, decoração, moda e

beleza, agora escrevem sobre a família, o casamento, o corpo e o amor. Nas livrarias, em cada três livros, um tratava de questões sexuais. Sexo agora era tema de palestras e diálogos entre as pessoas.

Algumas obras paradigmáticas abriram o caminho para os estudos de gênero e do feminismo. Em 1974, um pequeno livro de 53 páginas balançou a cabeça das mulheres brasileiras: “Mulher objeto de cama e mesa”, escrito por Heloneida Studart (1974). A autora, jornalista, tenta subverter a ordem estabelecida na sociedade burguesa e patriarcal, afirmando que as mulheres têm orgulho de sua dependência. Mas em plena revolução feminista, alerta para a invenção da pílula que livraria as mulheres do papel de “galinhas poedeiras” e que o movimento feminista veio para lutar pela libertação da mulher. Adverte a todas as leitoras: “a mulher, a beira do século XXI, tem a sua capacidade de começar a fazer a civilização. Em caso contrário, corre o risco de acabar no museu como espécie obsoleta” (STUDART, 1974, p. 53)

“O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (1960a e 1960b), passa a ser leitura obrigatória entre as mulheres interessadas em mudanças. A frase com que a autora francesa inicia o segundo volume – “não se nasce mulher, torna-se mulher” – é incorporada pelas feministas. A relação da escritora com seu companheiro, Jean Paul Sartre, sem casamento e sem filhos, é admirada por ser baseada em igualdade e respeito.

Foram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares –, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam para aquele movimento “com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obsceno”. (VENTURA, 1988, p. 36.) A luta pela causa específica da mulher era considerada inoportuna, inconveniente e divisionista.

A produção teórica sobre a condição feminina aparece com força nesse período. Em 1971, em plena vigência do AI-5, a feminista Rose Marie Muraro viabiliza a vinda ao Brasil de Betty Friedan (1971), para o lançamento de “A Mística feminina”. Betty e um grupo de feministas americanas haviam escandalizado o mundo inteiro com a queima de sutiãs em praça pública, simbolizando o fim da escravidão, a liberdade da mulher.

No Brasil, a imprensa toda noticia o fato, e, apesar das críticas ferozes, a estada da feminista serve para discussão das questões específicas das mulheres. Como que por ironia, o jornal que mais critica e desmerece a autora é O Pasquim, jornal alternativo, muito perseguido pela ditadura militar e que, durante o período da repressão, chegava às bancas coberto por tarjas negras impostas pela censura. Dois livros de Rose Marie Muraro (1966 e 1983) quatro anos depois são proibidos pela Lei Falcão, considerados pornográficos. Seus títulos: “A mulher na construção do mundo futuro” e “A libertação sexual da mulher”.

A mulher, ainda muito presa à opinião masculina, tem um momento de catarse em 1975. A jornalista Cidinha Campos, com a colaboração das feministas Heloneida Studart e Rose Marie Muraro, montou a peça de teatro “Homem não entra”. O enredo tratava de problemas femininos, e a plateia, só de mulheres, era convidada a se manifestar. A peça foi um sucesso e as mulheres falaram muito mais do que esperavam as promotoras. Os homens protestaram, afinal, seu objeto de dominação falava livremente num lugar onde sua presença era barrada.

1975 é um divisor de águas na luta das mulheres. As resistências no meio da esquerda e da Igreja se amenizam com a instituição do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU. A “rainha do lar” começa a ceder espaço para a militante também engajada na luta pela redemocratização do país. Apareceram os jornais feministas como – Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio e tiveram grande aceitação.

O debate feminista ia se impondo, questionando o relacionamento entre homem e mulher, as discriminações e a violência sofridas pelas mulheres. “Quem ama não mata” foi ouvido em todo o país e virou seriado de televisão, denunciando a impunidade do homem que matava em nome da defesa de sua honra, estimulado pelo Código Civil.

Nessa década, as mulheres, já organizadas, combinaram a luta contra ditadura e por melhores condições de vida, com a discussão dos problemas específicos das mulheres como sexualidade, contracepção, aborto, dupla jornada de trabalho e a discriminação econômica, social e política. Era como uma reação não-armada à repressão política. A questão do “específico feminino” é carregada no clima de contestação geral.

A ação política da mulher no período da ditadura militar se dá, portanto, em duas frentes – na luta contra a repressão e na luta contra as desigualdades entre homem e mulher, respeitando as diferenças existentes. A literatura, especialmente a produção acadêmica, acompanha as mudanças, discutindo o tema feminismo, até agora considerado marginal.

No segundo semestre de 1975 é criado o Movimento Feminino pela Anistia, com o propósito de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar. Esposas, mães, filhas e companheiras saíram às ruas para denunciar prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão.

As mulheres haviam mudado; 14 anos antes, essas mulheres também haviam saído às ruas para pedir a deposição de um governo popular e foram fundamentais na instalação do governo autoritário com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mas ao verem seus filhos, filhos de amigos, vizinhos, serem presos, torturados e mortos pela ditadura se deram conta que haviam marchado pelo errado.

Ao movimento feminista deve-se creditar grande parcela na mudança de comportamento entre homens e mulheres no Brasil. Além de empregos, as mulheres começam a ocupar espaços exclusivamente masculinos. Prova disso é a Academia Brasileira de Letras, que desde sua fundação em 1896 até Rachel de Queiroz tornar-se imortal em 1977, jamais permitira a nenhuma mulher participar do chá das cinco.

No campo da esquerda, porém, os problemas não estavam resolvidos. Em 1979, quando os movimentos de esquerda reiniciaram seus trabalhos junto às massas populares, estabeleceu-se entre eles e as mulheres uma acirrada discussão: a luta feminista seria ou não divisionista em relação à luta geral do povo brasileiro? “Instala-se então a polêmica feminismo *versus* lutas gerais”.

As mulheres e a ditadura militar

A história da repressão durante a ditadura militar e assim como a oposição a ela é uma história masculina, basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país. Ousar adentrar o espaço público, político, masculino por excelência, foi o que fizeram estas mulheres ao se engajarem nas diversas organizações clandestinas existentes no país durante a ditadura militar.

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário.

As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Esses dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nessa medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.

Quando realizei meu trabalho de pesquisa sobre a construção do sujeito político “mulher subversiva”, senti dificuldade em encontrar essas mulheres para trazê-las à visibilidade. Recorri aos Arquivos da repressão, documentos do DOPS - Departamento do Serviço de ordem Política e Social do Rio Grande do Sul e do SOPS - Serviço de Ordem Política e Social, mas pela fragilidade da documentação fui obrigada a recorrer ao recurso metodológico utilizado para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional - a história oral.

De imediato constato que a mulher, militante política é encarada como um ser “desviante”, não uma mulher ideal e desejável. A “mulher ideal” estava no espaço a ela destinado, o santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais estabelecidos para os dois sexos. Que mulher é essa, invasora de um campo que não é seu?

A maneira mais simplista de responder a questão é de que não se trata de uma mulher; a militante política é um desvio de mulher. A perplexidade dá lugar a uma caracterização necessária para enquadrá-la em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino.

A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade.

Aos homens, presos como subversivos, cometendo, portanto, o mesmo delito - de insubordinação à ordem estabelecida e de contestação ao poder militar - a acusação não é feita. Certamente, o relacionamento com várias mulheres, para provar sua masculinidade, faz parte da vida do homem. A mulher que tem um relacionamento com vários homens é um ser desviante, promíscua, e não merecedora de respeito.

Dessa maneira, maneira mais simplista de conceituá-la é desmerecê-la, unindo dois conceitos que são socialmente desabonatórios: comunista e prostituta. A repressão caracteriza a mulher militante como “puta comunista”. Ambas são categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade que enclausuram a mulher no mundo privado e doméstico.

Para a repressão, a mulher que se mete em atividades políticas, ou é uma prostituta à procura de homens, já que os partidos políticos são espaços de atuação masculina, ou é homossexual, ocupando espaços masculinos. Portanto, sempre um sujeito desviante dos padrões e lugares determinados ao feminino.

Por outro lado, as próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa categoria sem sexo - a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero está relacionada ao discurso de unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral.

O desmerecimento feminino, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino de que o lugar do poder, no mundo político é reservado aos homens, aparece constantemente nas falas femininas. Julgavam-se sem importância para serem presas juntamente com os homens.

A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, social ou sexual. As representações de inferioridade feminina são incansavelmente repetidas, demonstradas, incorporando-se às formas de linguagem, inscrevendo-se no pensamento e ideias de homens e mulheres. Assim, a construção da identidade feminina enraíza-se na interiorização pelas mulheres do discurso masculino. Por esta razão um dos objetos de estudo da história das mulheres é o estudo dos discursos e das práticas que fizeram com que mulheres consentissem nas representações dominantes da diferença entre os sexos.

Não somente homens, mas também muitas mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças. Os próprios partidos de esquerda, onde elas militavam, não tinham a preocupação em analisar e resolver as intrincadas relações de poder entre os sexos, presentes também dentro das organizações. As próprias mulheres não tinham uma clara compreensão de como deveriam se constituir como sujeitos políticos.

Um exemplo evidente da compreensão equivocada das relações de gênero transparecia na relação com outras mulheres. Diz um das entrevistadas: havia três tipos de mulheres, “as de direita, as alienadas e nós, as deusas”. As militantes - as “deusas” - tinham a política como preocupação. Quem exercia a militância política tinha outros valores, e o cuidado com a aparência não merecia lugar nesta visão de mundo. A militância ocupava todo o tempo disponível e a aparência passava a ser algo menor, sem importância. Relata uma entrevistada, que elas, as militantes políticas, faziam um esforço muito grande para não ter desprezo pelas outras mulheres, as alienadas. Não entendiam como estas outras mulheres conseguiam viver, passar pela vida sem atuação política.

Os militares ao tratarem a mulher política, de imediato, tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. Para a repressão, a mulher não tem capacidade de decidir pela sua entrada no mundo político; quando ela ali aparece é porque foi colocada por um homem. A sua filiação a partidos de esquerda não assume importância política; é necessário sempre identificar quem é seu marido, seu pai ou seu amante.

A única mulher que é respeitada com decisão própria, segundo os arquivos da repressão, é a religiosa. Ela não possui companheiro, marido e têm atrás de si, protegendo-lhe, um poder maior - a Igreja. Torna-se elemento perigoso, independente de partidos políticos. As mulheres tentavam ser assexuadas para conquistar um lugar igual ao homem. A religiosa, pela sua condição celibatária, não entra na convenção do casamento e dos lugares destinados ao casal dentro dele e, assim, sua influência junto à população é maior.

Ao ouvir os depoimentos de participantes nos grupos de oposição à ditadura, revela-se que a família também se mostrava desgostosa pela opção de suas filhas. Gostariam que elas permanecessem nos papéis sociais destinados à mulher - o casamento, único passaporte para a felicidade feminina. Apesar disso, a participação das mães na luta contra a repressão tem se constituído em um fato político extremamente importante. É o caso do movimento das mães dos desaparecidos políticos argentinos, por exemplo, movimento que ficou conhecido como "Mães da Praça de Maio". Essas mães, que se transformaram em símbolo mundial na defesa dos Direitos Humanos, se tornaram perigosas para a ditadura militar porque ousaram sair da esfera privada e entrar para a vida social e política do país.

No Brasil há inúmeros exemplos da coragem e determinação das mães na libertação de seus filhos e filhas prisioneiros. Na defesa da vida de sua prole, as mães tornam-se militantes aguerridas que desconhecem limites. Por isso, eram temidas pela repressão. A diferença das mães argentinas e brasileiras é que lá se uniram, num movimento coletivo, em torno da busca de filhos e netos desaparecidos e pela redemocratização nacional, no Brasil, os motivos da luta eram semelhantes, mas eram lutas isoladas.

Acostumamo-nos a relacionar a luta pela democratização política do país, pela liberdade do país, com a luta igualitária entre os sexos. Mas nos damos conta que as relações de gênero perpassam a questão social e a questão política. Não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também defende que o comando político deve ser dos homens. Talvez por este motivo raramente encontramos dirigentes femininas nos grupos clandestinos.

A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque, segundo ela, havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.

O discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la e desqualificá-la como sujeito político. A mulher que ousou invadir o espaço político masculino não é bem vista pela sociedade.

Considerações finais

Na tentativa de trazer a mulher à visibilidade, demonstra-se que as relações masculino/feminino são relações socialmente construídas, portanto culturais e históricas. E, que não se pode falar das mulheres sem falar nas relações entre homens e mulheres.

Fica evidente que, para a ditadura militar brasileira, a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar; era também uma presença que subvertia os valores estabelecidos, que não atribuíam à mulher espaço para a participação política. Como a questão está presente na sociedade e nas próprias organizações de esquerda, pode-se concluir que as relações de gênero têm uma dimensão que perpassa todas as instâncias e instituições sociais. Scott (1998, p.15), a criadora do conceito de gênero, escreveu em um texto recente:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos⁴.

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos.

Michel Foucault (1979 e 1991) nos ajuda a compreender como determinadas verdades são instituídas em campo de saber e como isso dificulta outra forma de olhar o passado, e que estamos cercados, somos perseguidos por verdades. Segundo ele, o fato histórico depende do olhar do próprio historiador e do tipo de história que gostaria de fazer. Assim a história passa a ser vista como um campo de possibilidades para vários sujeitos historicamente constituídos; lugar de lutas e de resistências.

Na esteira de Michel Foucault, fazer uma história das mulheres é fazer uma arqueologia do feminino; é desconstruir a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias. Questionar que práticas discursivas e não discursivas fizeram essa ou outra questão emergir e a se constituir como objeto para o pensamento, e por outro lado, as produções dos silêncios nas narrativas históricas.

No período da ditadura militar no Brasil, o discurso sobre a mulher subversiva não é somente dela, mas circula na sociedade como um todo. A repressão tenta desconstruir o sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante, tentando demonstrar às mulheres que elas estão fora do seu lugar: o espaço do poder político é historicamente reservado aos homens. A desigualdade nas relações de gênero, as relações de poder que atravessam os sexos são visíveis em todas as instâncias sociais, não sendo exclusivas da repressão.

Notas

1 Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 304-313.

2 Betty Naomi Goldstein, mais conhecida como Betty Friedan (1921-2006), foi uma importante feminista estado-unidense do século XX.

3 Cf. VENTURA, 1988, p. 33.

4 Tradução livre. Esta citação de Scott não está presente na tradução do livro para o português, mas somente na edição francesa no Prefácio à Edição Francesa. A obra é traduzida no Brasil em 2002.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b.

BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: DUBY, Georges e PERROT, Michele. **As mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX E XX. **Projeto História**, São Paulo, (30), jun. 2005. p. 243-264.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1997.

_____. Os Buracos Negros da História (Ou da Invisibilidade do feminino). In: **Espaços da Escola**, Ijuí, UNIJUÍ, 2000.

Foucault, Michel. **História da sexualidade**. A Vontade de Saber, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. A história da violência nas prisões, Petrópolis, Vozes, 1991.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60**. Porto Alegre; L&PM, 1987.

- MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro**. Petrópolis: Vozes, 1966.
- _____. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- PERROT, Michelle. **A história das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1993. v.1.
- _____. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.
- REVEL, Judith. **Foucault**. Conceitos essenciais. São Carlos: Clara Luz, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, UFRGS, 1990.
- _____. **La citoyenne paradoxale: les féministes françaises et les droits de l'homme**. Paris: Albin Michel, 1998.
- STUDART, Heloneida. **Mulher, objeto de cama e mesa**. Petrópolis/RS: Vozes, 1974.
- TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. **A revolução das mulheres**. Um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revam, 1982.
- VENTURA, Zuenir. 1968. **O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VEYNE, Paul. **Foucault**. Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

*Recebido em 04 de fevereiro de 2015
Revisado em 07 de novembro de 2015
Aceito em 10 de novembro de 2015*